

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.631.950 - SP
(2019/0354788-4)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : ALIANCA SERVICOS DE INFORMACOES CADASTRAIS LTDA
ADVOGADO : JAIME MONSALVARGA JUNIOR - SP146890
AGRAVADO : BANCO PAN S.A.
AGRAVADO : PAN ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A
AGRAVADO : BRAZILIAN MORTGAGES COMPANHIA HIPOTECARIA
ADVOGADOS : FÁBIO LIMA QUINTAS E OUTRO(S) - DF017721
LUIZ CARLOS STURZENEGGER E OUTRO(S) - DF001942A
GABRIELA LEITE FARIAS E OUTRO(S) - DF034060

EMENTA

CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. RELAÇÃO CONTRATUAL. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. RECONHECIMENTO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. ÓBICE DAS SÚMULAS Nº 5 E 7, AMBAS DO STJ. RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Os autos noticiam que ALIANÇA SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS LTDA (ALIANÇA) propôs ação declaratória c/c indeização contra o BANCO PAN S.A., PAN ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. E BRAZILIAN MORTGAGES COMPANHIA HIPOTECARIA (BANCOS), postulando o reconhecimento da sua qualidade de representante comercial das requeridas e indenização pela rescisão imotivada da relação.

A pretensão foi julgada improcedente.

A sentença foi mantida em apelação, em acórdão da relatoria do Desembargador HÉLIO NOGUEIRA, assim ementado:

Apelação Cível. Ação declaratória e indenizatória. Sentença de improcedência do pedido. Inconformismo. Ação baseada na Lei que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos. Lei nº 4.886/1965. Autora que, em verdade, é uma correspondente bancária, cuja atividade é regulada pelo Banco Central do Brasil, nos termos de suas Resoluções n's 2.707/2000 e 3.954/2011. Sentença mantida. Recurso não provido, com

Superior Tribunal de Justiça

majoração da verba honorária da sucumbência (e-STJ, fl. 3019).

Contra esse julgado ALIANÇA manejou recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, alegando violação do art. 1º da Lei nº 4.886/65, sob o argumento que a relação contratual entabulada com os BANCOS é de representação comercial, fazendo jus a indenização prevista na alínea *j* do art. 27 da Lei nº 4.886/65 em razão da resolução imotivada do contrato e pela falta de prévia comunicação.

Foram apresentadas contrarrazões.

O juízo prévio de admissibilidade negou seguimento ao apelo nobre por não se ter demonstrada a ofensa aos dispositivos legais apontados e ante o óbice da Súmula nº. 7 do STJ.

Irresignada, ALIANÇA apresentou o correspondente agravo, esclarecendo que demonstrou a alegada contrariedade e que a tese recursal prescinde do reexame do conjunto fático-probatório dos autos, reiterando a suas razões.

Contraminutado, os autos subiram para esta Corte Superior.

O recurso não foi conhecido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, por ausência de impugnação a todos os fundamentos da decisão agravada.

Daí a apresentação deste agravo interno pela ALIANÇA, em que assevera ter rebatido os fundamentos adotados pelo juízo prévio de admissibilidade, além de repisar os argumentos expostos no recurso especial.

Impugnação às e-STJ, fl. 3.178/3.187.

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Do cotejo entre os fundamentos da decisão proferida pelo juízo prévio de admissibilidade e os argumentos do agravo em recurso especial, verifico que houve a impugnação específica dos seus esteios.

Dessa forma, reconsidero a decisão ora agravada, de e-STJ, fls.3153/3154.

Passo a nova análise do agravo em recurso especial interposto por ALIANÇA.

A pretensão recursal está no reconhecimento que a ALIANÇA seria representante comercial dos BANCOS, razão pela qual faria jus a indenização pelo rompimento desmotivado da avença e sem prévia comunicação.

O recurso não merece prosperar.

Isso porque, ao analisar a relação contratual entre as partes, o TJSP concluiu que a ALIANÇA seria correspondente bancário, afastando a incidência da Lei nº 4.886/65 ao caso concreto.

Veja-se:

Quanto ao mérito, conforme se depreende da simples leitura da petição inicial, observa-se que a autora confessou ter firmado contratos com as requeridas, em virtude de elas, em razão da Resolução nº 2.707/2000 do Conselho Monetário Nacional, terem sido autorizadas a contratarem correspondentes no país (fl. 2, in fine).

Referida Resolução, juntada pela própria requerente a fls. 46/48, indica que essa norma fez parte do "Programa Nacional de Desburocratização", e facultou aos bancos múltiplos com carteira comercial, aos bancos comerciais e à Caixa Econômica Federal a contratação de empresas para o desempenho das funções de correspondente no país (artigo 1º), vale dizer, "correspondentes bancários" dessas instituições no Brasil.

Desse modo, tem-se que, realmente, não se trata de representação comercial regulada pela Lei nº 4.886/1965, mas, sim, de serviços de correspondente bancário, regulados pela Resolução nº 2.707/2000 do Conselho Monetário Nacional, como, por exemplo, os realizados por Casas Lotéricas, com relação à Caixa Econômica Federal, sem que esse expediente corresponda à representação comercial da última pelas primeiras.

[...]

considerações acerca da tese da apelante sobre a desnecessidade de seu registro no Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado de São Paulo (CORCESP), tem-se que, como esta ação se baseia na Lei que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos (Lei nº 4.886/1965), e a realidade é de que a autora é uma correspondente bancária, cuja atividade é regulada pelo Banco Central do Brasil, deve ser mantido o decreto de improcedência do pedido (e-STJ, fls. 3021/3023).

Dessa forma, desconstituir o entendimento proferido no acórdão recorrido, para reconhecer que a relação entre as partes seria de representação comercial,

Superior Tribunal de Justiça

exige a interpretação de cláusula contratual e reexame do conjunto fático probatório dos autos, inviável na via eleita ante o óbice das Súmulas nº 5 e 7 do STJ.

Por conseguinte, fica prejudicada a análise do pedido de indenização pleiteado com base na alínea *j* do art. 27 da Lei nº 4.886/65.

Nessas condições, com fundamento no art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), CONHEÇO do agravo para NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator